

ARTIGO

A REDE NACIONAL DE ALTOS ESTUDOS EM SEGURANÇA PÚBLICA: ANÁLISE DA PERSPECTIVA DE GOVERNANÇA A PARTIR DAS RELAÇÕES INTERORGANIZACIONAIS

FABIANA MARIA SANTOS PROCÓPIO

Policial Penal do Estado de Alagoas. Mestranda em Administração Pública pela Universidade Federal de Alagoas (Profiap/Ufal). Especialista em Gestão Pública pela Universidade Estadual de Alagoas Uneval. Graduada em Direito e pós-graduada em Direito Público pela Universidade Estácio de Sá.

País: Brasil **Estado:** Alagoas **Cidade:** Maceió

Email: fabiana.procopio@feac.ufal.br **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0002-4944-4679>

VALMARX NEGROMONTE CORREIA

Graduação em Economia pela FEJAL/CESMAC, Especialização em Gestão Pública pela Faculdade Maurício de Nassau, Mestrando em Administração Pública pela UFAL.

País: Brasil **Estado:** Alagoas **Cidade:** Maceió

Email: caniscoles@hotmail.com **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0001-9529-3157>

LUCIANA PEIXOTO SANTA RITA

Professora Titular da Universidade Federal de Alagoas. Graduada em Economia e Direto. Mestre e doutora em Administração pela USP. Pós-doutora em Economia pelo ISEG/UL.

País: Brasil **Estado:** Alagoas **Cidade:** Maceió

Email: luciana.santarita@feac.ufal.br **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0002-6868-9014>

RODRIGO GAMEIRO GUIMARÃES

Graduação (2005) e Mestrado (2007) em Administração pela UFPE, doutorado (2018) em Administração (Estudos Organizacionais) pela UFRGS. Professor associado da FEAC/UFAL na área de Estudos Organizacionais e Administração Pública e integrante dos grupos de pesquisas: Grupo de Pesquisa em Dinâmicas Organizacionais (GEDO) e do Núcleo de Estudos Marcelo Milano Falcão Vieira (NeMaVi).

País: Brasil **Estado:** Alagoas **Cidade:** Maceió

Email: rgameiro@gmail.com **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0002-3694-4260>

BRUNO SETTON GONÇALVES

Professor Associado da Universidade Federal de Alagoas do curso de Administração Pública e professor permanente do Mestrado Profissional em Administração Pública (PROFIAP/UFAL).

País: Brasil **Estado:** Sergipe **Cidade:** Aracaju

Email: bruno.setton@arapiraca.ufal.br **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0002-3866-1870>

Contribuições das(os) autoras(es): Fabiana Procópio contribuiu na concepção e planejamento da pesquisa, obtenção de dados e análise e interpretação dos dados. Valmarx Correia contribuiu na concepção e planejamento da pesquisa, obtenção de dados e análise e interpretação dos dados. Luciana Rita contribuiu na revisão crítica do conteúdo e aprovação da versão final do manuscrito. Rodrigo Guimarães contribuiu na revisão crítica do conteúdo e aprovação da versão final do manuscrito. Bruno Gonçalves contribuiu na revisão crítica do conteúdo e aprovação da versão final do manuscrito.

RESUMO

Este artigo investiga como a estrutura de governança da Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública (Renaesp) afeta as relações interorganizacionais entre as Instituições de Ensino Superior (IES) e o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) no processo de implementação desta política pública. O estudo foi desenvolvido por meio da metodologia da Análise de Redes Sociais (ARS), utilizando-se de diretrizes metodológicas para a análise de redes de capacitação no setor público federal. Os dados, de natureza secundária, foram coletados entre outubro de 2022 a janeiro de 2023. Os resultados indicam que as interações da Renaesp são baseadas no modelo de governança com uma organização líder, o MJSP, ator central da rede, que atua na coordenação da implementação da política, sendo o responsável pela distribuição dos recursos financeiros e definição das “regras do jogo”, possuindo o maior número de conexões. A partir do desenvolvimento e da aplicação das diretrizes metodológicas e da identificação do posicionamento estrutural das IES na Renaesp, os achados desta pesquisa sugerem que não houve avanços de mecanismos de governança que fomentem a interlocução constante entre os atores MJSP e IES no âmbito da Renaesp. Assim sendo, os resultados deste estudo fornecem subsídios para aprimoramento da política pública e desenvolvimento de novos instrumentos de governança do Programa Renaesp.

Palavras-chave: Redes interorganizacionais. Políticas públicas. Estrutura de governança. Programa Renaesp.

ABSTRACT

THE NATIONAL NETWORK OF ADVANCED STUDIES IN PUBLIC SECURITY: ANALYSIS OF THE PERSPECTIVE OF GOVERNANCE FROM INTERORGANIZATIONAL RELATIONS

This article investigates how the governance structure of the National Network for Higher Studies in Public Security (Renaesp) affects the interorganizational relationships between higher education institutions and the Ministry of Justice and Public Security in the process of implementing this public policy. The study was developed using the Social Network Analysis (ARS) methodology, using methodological guidelines for the analysis of training networks in the federal public sector. Data, of a secondary nature, were collected between October 2022 and January 2023. The results indicate that Renaesp's interactions are based on the governance model with a leading organization, the MJSP, central player in the network, which acts in the coordination of the implementing the policy, being responsible for distributing financial resources and defining the “rules of the game”, having the highest number of connections. Based on the development and application of methodological guidelines and the identification of the structural positioning of the HEIs in Renaesp, the research results also provide subsidies for the improvement of public policy and the development of new management and network governance mechanisms in Renaesp's training activity.

Keywords: *Interorganizational networks. Public policies. Governance structure. Renaesp Program.*

Data de Recebimento: 15/02/2023 – **Data de Aprovação:** 14/06/2023

DOI: 10.31060/rbsp.2024.v18.n2.1874

INTRODUÇÃO

O Programa Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública (Renaesp) consiste numa iniciativa do governo federal e integra a Política de Ensino e Pesquisa em Segurança Pública do Ministério da

A rede nacional de altos estudos em segurança pública: análise da perspectiva de governança a partir das relações interorganizacionais

Fabiana Maria Santos Procópio, Valmarx Negromonte Correia,
Luciana Peixoto Santa Rita, Rodrigo Gameiro Guimarães
e Bruno Setton Gonçalves

Justiça e Segurança Pública (MJSP). Composta por Instituições de Ensino Superior (IES), a rede surgiu da necessidade de dar acesso a uma formação especializada e qualificada aos profissionais de segurança pública, aproximando-os do universo acadêmico brasileiro, devido à baixa produção científica aplicada à área de segurança pública (Pinto *et al.*, 2014; MJ, 2010).

O estabelecimento da agenda ocorreu pelo governo federal a partir de um projeto apresentado pelo então Diretor de Análise de Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública (Depaid) da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), que vislumbrou a importância de constituir uma rede de altos estudos, buscando aprimorar a prestação de serviço por instituições e profissionais e, conseqüentemente, otimizar os resultados na área da segurança pública, a partir de um novo paradigma (MJ, 2010).

A ideia materializou-se no ano de 2005, através de um projeto-piloto realizado na Universidade Federal da Bahia (UFBA), que coordenou a primeira turma de pós-graduação em segurança pública pautada na Matriz Curricular Nacional. Devido ao sucesso dessa experiência, foi possível a constituição do primeiro edital de credenciamento e seleção das IES públicas e privadas que desejassem desenvolver cursos de especialização em segurança pública, com apoio do governo federal (MJ, 2010).

No ano de 2014, o Ministério da Justiça, por meio do projeto Pensando a Segurança Pública, desenvolvido pela Senasp em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), realizou pesquisas aplicadas para avaliação, diagnóstico e análise de ações, programas e projetos em segurança pública, dentre os quais a Renaesp, que foi avaliada por dois grupos de consultores especializados, tendo por resultados as pesquisas intituladas *Avaliação de resultados da Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública – Renaesp* (Lima *et al.*, 2014) e *Cursos de Pós-Graduação em Segurança Pública e a construção da Renaesp como política pública: considerações sobre seus efeitos a partir de diferentes olhares* (Pinto *et al.*, 2014).

Como observado, a Renaesp é uma política pública implementada em rede interorganizacional, a partir da parceria com IES, que recebem investimentos do governo federal para ofertar cursos de pós-graduação aos integrantes do Sistema Único de Segurança Pública (Susp). Entretanto, uma das lacunas identificadas na avaliação de Lima *et al.* (2014), no que se refere ao processo de implementação dessa política, foi a ausência de perspectiva de rede, pela falta de mecanismos que, de fato, fomentassem a interlocução constante entre os diferentes atores e a disseminação do conhecimento produzido pela Renaesp.

Partindo desta constatação, e visando delimitar estas reflexões iniciais, este artigo pretende aprofundar o entendimento sobre a perspectiva de rede do Programa Renaesp, a partir da seguinte questão: como a estrutura de governança da Renaesp afeta suas relações interorganizacionais no processo de implementação desta política pública? Para atingir esse propósito, a pesquisa objetiva, especificamente: identificar os elementos formais que caracterizam a formação da rede e sua implementação; analisar as interações entre as IES e o MJSP, atores da Renaesp, por meio da metodologia de Análise de Redes Sociais (ARS); e identificar a estrutura de governança utilizada na rede.

A justificativa para realização desta pesquisa empírica é a ampliação do conhecimento a respeito da implementação da Renaesp, dada a sua relevância social e seu tempo de execução, passando por diversos cenários políticos, inclusive, nos anos que sucederam as avaliações de Lima *et al.* (2014) e Pinto *et al.* (2014) e o crescente interesse acadêmico pelo estudo das relações interorganizacionais no campo das políticas públicas (Euclides *et al.*, 2022; Figueiredo; Pascuci, 2021; Moura; Cavalcante; Arcanjo, 2020; Direito; Koga, 2020; Marques, 2019).

A originalidade do estudo reside no fato de utilizar as diretrizes metodológicas de abordagem de redes de capacitação, desenvolvidas por Fonseca *et al.* (2019) para análise desse programa, uma vez que abordam aspectos da Renaesp, como o tipo de conhecimento mobilizado e o *lócus* onde a atividade se realiza, e possibilitam a compreensão da estrutura das instituições envolvidas, dos processos, das relações entre atores e os desafios de governança a elas inerentes (Sousa *et al.*, 2022; Lotta *et al.*, 2018; Farah, 2016). Os dados foram coletados entre outubro de 2022 e janeiro de 2023 e se referem à execução do programa no período de 2012 a 2022. Em termos práticos, os resultados da pesquisa contribuem para que gestores públicos possam aprimorar a implementação dessa política pública.

O artigo está estruturado em cinco seções que podem ser sumarizadas da seguinte forma: esta primeira trata da parte introdutória; a segunda faz um apanhado da fundamentação teórica; a terceira traz os procedimentos metodológicos adotados; a quarta refere-se à apresentação e análise dos dados; e a quinta diz respeito às conclusões e recomendações para trabalhos futuros.

REFERENCIAL TEÓRICO

A combinação do uso das redes com os conceitos de tecido relacional do Estado e de governança vem sendo comumente utilizada em diversos estudos organizacionais, sobretudo de implementação de políticas públicas, por permitir adicionar a essas estruturas relacionais as dinâmicas políticas que nelas ocorrem (Euclides *et al.*, 2022; Figueiredo; Pascuci, 2021; Direito; Koga, 2020; Moura; Cavalcante; Arcanjo, 2020).

Nesse sentido, Klijn e Koppenjan (2014) definem redes de governança como conjuntos de atores autônomos, mas interdependentes (indivíduos, grupos, organizações), que desenvolvem relacionamentos duradouros ao governarem problemas públicos específicos ou programas de políticas. Para os autores, nesses sistemas os múltiplos atores não são simplesmente complicados, mas complexos. No âmbito da complexidade das relações estabelecidas no processo de implementação, a “política pública pode ser percebida como uma rede política dinâmica, composta por atores semiautônomos interligados entre si, suas estratégias e ações” (Figueiredo; Pascuci, 2021, p. 7).

O estudo das redes interorganizacionais na implementação de políticas públicas parte, portanto, da identificação da complexidade desse processo, o qual envolve um grande número de atores, agências e organizações em constante interação para o desenvolvimento das ações, devendo-se entender que as decisões não são tomadas pelo Estado sozinho e, por essa razão, é necessário compreender o funcionamento do conjunto de organizações e atores envolvidos e quais são as suas responsabilidades, influências e relações formais e informais (Figueiredo; Pascuci, 2021; Lotta *et al.*, 2018), já que os resultados das políticas públicas dependem do efeito cumulativo dessas relações, dos jogos, ou seja, dos padrões de ação entre atores em função da articulação de seus interesses (Fonseca *et al.*, 2019).

Nesse sentido, a governança representa esse processo de interação entre os diversos atores, os mecanismos e as práticas administrativas, no qual o governo participa de forma ativa e busca uma gestão eficaz e eficiente para o atendimento dos objetivos propostos (Raquel; Bellen, 2012 *apud* Teixeira; Gomes, 2019); isso ocorre por meio da definição de regras, critérios para a tomada de decisão, responsabilidades e limites da autonomia e ação dos participantes (Roth *et al.*, 2012).

A rede nacional de altos estudos em segurança pública: análise da perspectiva de governança a partir das relações interorganizacionais

Fabiana Maria Santos Procópio, Valmarx Negromonte Correia,
Luciana Peixoto Santa Rita, Rodrigo Gameiro Guimarães
e Bruno Setton Gonçalves

Assim, a governança é entendida como as formas pelas quais diferentes partes interessadas (*stakeholders*) interagem umas com as outras, a fim de influenciar os resultados das políticas públicas, por um novo processo de administração, onde as redes auto-organizáveis e interorganizacionais são caracterizadas pela sua interdependência, troca de recursos e regras de jogo e expressiva coordenação autônoma do Estado, utilizando estruturas, mecanismos e regulações justas, coerentes, consistentes e aceitas pela sociedade (Teixeira; Gomes, 2019).

A esse respeito, Calmon e Costa (2013) apresentam três diferentes perspectivas sobre governança das políticas públicas em um contexto de múltiplas organizações: uma tradicional, fundamentada em uma visão *top-down* da gestão de políticas públicas, com um papel preponderante do governo federal; outra participativa, fundamentada em uma visão *bottom up* e que preconiza a importância da descentralização das políticas públicas, atribuindo ao poder local maior autonomia nas suas ações; e uma terceira, a perspectiva de governança de redes de políticas públicas, em que prevalecem atores heterogêneos, relações de interdependência e problemas de ação coletiva, conforme sumarizadas no Quadro 1.

QUADRO 1

Perspectivas da Formulação de Políticas Públicas

	Perspectiva Tradicional Top-Down	Perspectiva Participativa Bottom-Up	Perspectiva da Governança de Redes
Objeto de Análise	Governo central atende diferentes segmentos da sociedade	Governo central atende a atores locais que interagem com a sociedade	Redes de atores heterogêneos em diferentes níveis de governo e na sociedade
Foco Principal	Autoridade hierárquica	Atores locais	Inter-relação entre atores heterogêneos
Tipo de Relação	Autoridade e controle	Centralização vs descentralização	Interdependência
Implementação	Implementação do planejado	Representação de interesses mediante normas e controle de recursos	Interação com troca de informação, objetivos e recursos
Critério de Sucesso	Consecução das metas da política concebida centralmente	Satisfação das preferências locais e obtenção de recurso para atores locais	Realização da ação coletiva
Critério de Fracasso	Falhas de controle, políticas mal definidas ou mal monitoradas	Falhas na descentralização ou pouco engajamento local	Arranjo institucional deficiente dificulta ação coletiva
Recomendações	Centralização e coordenação	Descentralização e participação	Gestão do ambiente e da infraestrutura de interação nas políticas públicas

Fonte: Calmon e Costa (2013), adaptado de Kickert; Klijn; Koppenjan, 1999.

Importante destacar que a governança em rede pode ocorrer por diversas formas. Os três principais modelos foram descritos por Provan e Kenis em 2008 e são definidos em: governança compartilhada, onde grupos de organizações trabalham coletivamente como uma rede, tomam todas as decisões e gerenciam suas atividades, porém, não possuem uma estrutura administrativa e formal; governança com uma

A rede nacional de altos estudos em segurança pública: análise da perspectiva de governança a partir das relações interorganizacionais

Fabiana Maria Santos Procópio, Valmarx Negromonte Correia,
Luciana Peixoto Santa Rita, Rodrigo Gameiro Guimarães
e Bruno Setton Gonçalves

organização líder, na qual ocorrem relacionamentos verticais, de cliente-fornecedor, com uma organização maior e mais poderosa e um conjunto de outras menores e mais fracas, ou também pode acontecer em redes horizontais multilaterais, quando uma organização possui recursos suficientes e legitimidade para exercer uma posição de liderança; e, por fim, a governança por meio de uma organização administrativa da rede, que parte da ideia de criação de uma entidade administrativa separada exclusivamente para não só gerenciar a rede e suas atividades, mas também coordená-la e sustentá-la (Roth *et al.*, 2012).

A esse respeito, Lotta *et al.* (2018) realizaram revisão sistemática da literatura sobre estudos que abordaram a implementação de políticas públicas na última década, por meio da qual constataram que, relativo às estruturas de governança, há dois enfoques analíticos distintos: uma primeira perspectiva, no campo organizacional, que analisa as estruturas de governança organizacionais, a fim de compreender que organizações interagem no contexto de implementação, tendo enquanto base lógicas como a implementação multinível, os mecanismos de coordenação, a governança, entre outros; e uma segunda perspectiva que analisa as estruturas de governança no nível dos atores, buscando compreender, por exemplo, como as redes sociais dos burocratas afetam a sua atuação.

No presente estudo, adota-se o primeiro enfoque analítico, entendendo que, para tanto, a análise da governança de redes deve focar na capacidade de gestão dos componentes-chave da rede em estudo, como atores, recursos, regras e percepções, tendo em vista os objetivos coletivos das políticas públicas (Fonseca *et al.*, 2019), considerando-se que o conjunto de regras da rede pode reduzir a complexidade ou aumentar a cooperação, ao tornar o comportamento dos atores mais previsíveis (Klijn; Koppenjan, 2014).

Com base nos fundamentos teóricos apresentados, elegeu-se a ARS para o estudo das relações interorganizacionais no âmbito da Renaesp, especificamente entre seus atores, as IES e o MJSP, na medida em que se constitui uma perspectiva teórica e metodológica que possibilita a análise dos mais variados fenômenos sociais, considerando-se os padrões de relação entre as entidades sociais envolvidas com o fenômeno (Marques, 2019).

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa foi caracterizada como descritiva, censitária e de corte transversal, sendo o nível de análise o interorganizacional e as unidades de análise, os cursos de pós-graduação ofertados pelas IES em parceria com o MJSP pelo Programa Renaesp, no período compreendido entre os anos de 2012 e 2022.

A pesquisa foi operacionalizada em duas etapas: (i) pesquisa bibliográfica sobre governança em redes sociais, seguida de análise do corpo legislativo e documentos relativos à Renaesp; e (ii) pesquisa de campo, com coleta de dados junto ao MJSP. Os dados, de natureza secundária, foram coletados entre outubro de 2022 e janeiro de 2023.

Na primeira etapa, procedeu-se à análise documental dos principais normativos (lei, portarias, resolução) que regulamentam a Renaesp, bem como planos, relatórios e avaliações da política (Quadro 2). O objetivo foi identificar os elementos formais que caracterizam a formação da rede e sua implementação, bem como os mecanismos da estrutura de governança utilizados.

A rede nacional de altos estudos em segurança pública: análise da perspectiva de governança a partir das relações interorganizacionais

Fabiana Maria Santos Procópio, Valmarx Negromonte Correia,
Luciana Peixoto Santa Rita, Rodrigo Gameiro Guimarães
e Bruno Setton Gonçalves

QUADRO 2

Quadro normativo da Renaesp e documentos analisados

Documento	Descrição
Relato de experiência: Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública (Renaesp), mar. 2010	Concurso Inovação na Gestão Pública Federal da ENAP – Escola Nacional de Administração Pública.
Portaria Nº 1.148 de 12/06/2012, MJ – Ministério da Justiça (D.O.U. 13/06/2012)	Institui a Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública – RENAESP, e regulamenta dispositivos da Lei Nº 11.530, de 24 de outubro de 2007, que institui o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI, e da Lei Nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, que institui o Fundo Nacional de Segurança Pública – FNSP.
Portaria Nº 3.035 de 20/09/2013, MJ – Ministério da Justiça (D.O.U. 23/09/2013)	Altera a Portaria Nº 1.148, de 12 de junho de 2012, que institui a Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública – RENAESP, e regulamenta dispositivos da Lei Nº 11.530, de 24 de outubro de 2007, que institui o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI, e da Lei Nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, que institui o Fundo Nacional de Segurança Pública – FNSP.
Avaliação de resultados da Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública (Renaesp), 2014	Artigo desenvolvido por Lima <i>et al.</i> (2014), que compõe a publicação <i>Avaliações, diagnósticos e análises de ações, programas e projetos em segurança pública.</i>
Cursos de Pós-Graduação em Segurança Pública e a construção da Renaesp como política pública: considerações sobre seus efeitos a partir de diferentes olhares, 2014	Artigo desenvolvido por Pinto <i>et al.</i> (2014), que compõe a publicação <i>Avaliações, diagnósticos e análises de ações, programas e projetos em segurança pública.</i>
Lei Nº 13.675, de 11 de junho de 2018	Disciplina a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, nos termos do § 7º do art. 144 da Constituição Federal; cria a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS); institui o Sistema Único de Segurança Pública (Susp).
Planos Anuais de Ensino e Pesquisa (Paep) dos anos 2021 e 2022	Ferramenta diretiva que consolida as ações educacionais que serão executadas pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública – MJSP nos respectivos anos.
Resolução CGE Nº 23, de 07 de novembro de 2022 – Comitê de Governança Estratégica do Ministério da Justiça e Segurança Pública	Aprova a Carteira de Políticas Públicas do MJSP, uma lista exaustiva contendo informações gerais das 75 políticas sob responsabilidade das unidades finalísticas do MJSP. Disponível em: https://www.gov.br/mj/pt-br/aceso-a-informacao/governanca/carteira/carteira-de-politicas-publicas-resolucao-23-de-07_11_22-v3_compressed.pdf . Acesso em: 10 fev. 2023.
Decreto Nº 9.662, de 1º de janeiro de 2019	Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Justiça e Segurança Pública, remaneja cargos em comissão e funções de confiança e transforma cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS.
Decreto Nº 11.348, de 1º de janeiro de 2023	Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Justiça e Segurança Pública e remaneja cargos em comissão e funções de confiança.

Fonte: Elaborado pelos autores.

A rede nacional de altos estudos em segurança pública: análise da perspectiva de governança a partir das relações interorganizacionais

Fabiana Maria Santos Procópio, Valmarx Negromonte Correia,
Luciana Peixoto Santa Rita, Rodrigo Gameiro Guimarães
e Bruno Setton Gonçalves

Em seguida, foram coletados dados junto ao MJSP, em janeiro de 2023, acerca da execução do Programa Renaesp (nomes dos cursos ofertados pela rede, modalidade do curso presencial/semipresencial/EAD; respetivas instituições de ensino e indicação do instrumento (convênio/contrato/credenciamento); vagas ofertadas/alunos formados; recursos financeiros aplicados), obtidos através do pedido de acesso à informação Nº 08198.038738/2022-13.

Com esses dados foi possível analisar as relações interorganizacionais da Renaesp, por meio da metodologia de ARS, amplamente aplicada no campo dos estudos organizacionais, da administração pública e da gestão de políticas (Fonseca *et al.*, 2019). A ARS foi desenvolvida com base no modelo analítico definido por Klijn, Koppenjan e Termeer em 1995, que estabelece tipos de estratégias de gestão baseadas nos diferentes componentes-chave de uma rede de políticas públicas: **atores, recursos, regras e percepções** (Fonseca *et al.*, 2019). Para identificar esses componentes, foram adotadas as diretrizes metodológicas de análise de redes de capacitação no setor público federal propostas por Fonseca *et al.* (2019), que apresentam um referencial inicial de pesquisa no campo das redes de capacitação, conforme ilustrado no Quadro 3.

QUADRO 3

Variáveis das ações educacionais e características dos campos de registro

	Nº	Variável	Justificativa	Parâmetros
A T O R E S	1	Organização	Registro do nome da organização que recebeu ou forneceu o curso.	Campo padronizado de chave única.
	2	Tipo de Organização	Análise da relação entre os tipos de organização e seu desempenho na rede.	Lista: 1) Organização Pública; 2) Organização Privada; 3) Escola de Governo.
R E C U R S O S	3	Nome do Curso	Identificação discriminante do curso.	Campo Livre.
	4	Data de Início do Curso	Critério para evitar-se o registro duplicado de cursos comuns a mais de uma organização. Viabilizar análise de períodos de maior volume de execução de cursos.	Máscara: “00/00/0000”.
	5	Modalidade	Análise das modalidades prevalentes nas organizações e relação com outras variáveis.	1) Presencial; 2) Semipresencial; 3) EAD.
	6	Tipo de Ação	Análise dos tipos de ação prevalentes nas organizações e relação com outras variáveis.	Lista: 1) Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> ; 2) Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i> .
	7	Número de Alunos	Mensuração da dimensão do público-alvo dos cursos e relação com outras variáveis.	Até 3 caracteres. Máscara: “000”.
	8	Custo do Curso	Mensuração do custo dos cursos e relação com outras variáveis.	Máscara: “R\$ 000.000,00”.
R E G R A S	9	Forma de Contratação da Organização / Docente	Análise das principais formas de contratação utilizadas pelas organizações públicas e relação dessas modalidades com os custos implicados, tipos de cursos e de fornecedores.	Lista: 1) Termo de Execução Descentralizada; 2) Convênio; 3) Descentralização Interna de Crédito; 4) Inexigibilidade de Licitação.
P E R C E P Ç Õ E S	10	Área Temática	Análise das temáticas prevalentes nas organizações e relação com outras variáveis.	Campo padronizado de chave única.

Fonte: Adaptado de Fonseca *et al.* (2019).

A rede nacional de altos estudos em segurança pública: análise da perspectiva de governança a partir das relações interorganizacionais

Fabiana Maria Santos Procópio, Valmarx Negromonte Correia,
Luciana Peixoto Santa Rita, Rodrigo Gameiro Guimarães
e Bruno Setton Gonçalves

A definição das variáveis “custo do curso” e “número de alunos” foi embasada em Spiegel (1993), considerando-se a amplitude da amostra e de classe, bem como do número de elementos. Sendo assim: Número de vagas; amplitude total do rol – $250 - 20 = 230N = 52$, amplitude de classe = amplitude da distribuição / 3 = $76,66 = 77$, as classes são: “20 a 77 vagas”, “78 a 155 vagas” e “156 a 250 vagas”; recursos aplicados, amplitude total do rol – $1.315.000 - 150.000 = 1.165.000$, $N = 52$, amplitude de classe = amplitude da distribuição / 3 = $388.333,33 = 388.333$, as classes são definidas em: “De R\$ 150.000,00 até R\$ 488.332,99”, “De R\$ 488.333,00 até R\$ 876.665,99” e “De R\$ 876.666,00 até R\$ 1.315.000,00”.

Além disso, adotou-se as medidas (Quadro 4) elencadas por Fonseca *et al.* (2019), para averiguar a centralidade dos atores e posterior análise da hipótese levantada por Lima *et al.* (2014) no que se refere à ausência de perspectiva de rede do Programa Renaesp.

QUADRO 4

Medidas de Centralidade para Análise de Atores

	Centralidade de grau (<i>degree</i>)	Centralidade de intermediação (<i>betweenness</i>)	Centralidade de vetor próprio (<i>eigenvector</i>) ou Centralidade de <i>bonacich</i>
Objeto de Análise	Quais atores possuem maior número de conexões ou maiores valores nas variáveis de análise; Quais conexões favorecem seu alto grau de centralidade; Quais são os principais fornecedores (<i>outdegree</i>) e demandantes (<i>indegree</i>).	Quais atores (fornecedores) são mais centrais na rede, funcionando como ponto de conexão entre os demais atores (demandantes) e, portanto, possuindo uma atuação intersetorial.	Quais atores (fornecedores) são mais influentes na rede e como se relacionam a outros atores influentes (demandantes).

Fonte: Elaborado pelos autores com base em Fonseca *et al.* (2019).

Quanto à abordagem, a pesquisa é mista, iniciando-se de forma qualitativa, onde os autores buscaram conhecer a realidade atual da implementação do Programa Renaesp, e seguida de uma fase quantitativa, mensurando-se a estrutura das relações interorganizacionais, para então apresentar uma visão sobre a realidade do processo de governança em rede dessa política pública. As análises foram realizadas com o auxílio do software Ucinet 6 (Borgatti; Everett; Freeman, 2002).

APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

FORMAÇÃO DA REDE E SUA IMPLEMENTAÇÃO

Os principais atores da Renaesp identificados na pesquisa foram: o Ministério da Justiça, por meio da Senasp; instituições de segurança pública; instituições públicas e privadas de ensino superior e os alunos das pós-graduações. Notadamente, as IES são os atores com maior influência na rede e atuam como peça fundamental para o funcionamento desta engrenagem, pois estão presentes ao longo do processo de criação, implementação e institucionalização da Renaesp (Pinto *et al.*, 2014; Lima *et al.*, 2014; MJ, 2010), por essa razão representam o objeto empírico deste estudo.

A rede nacional de altos estudos em segurança pública: análise da perspectiva de governança a partir das relações interorganizacionais

Fabiana Maria Santos Procópio, Valmarx Negromonte Correia,
Luciana Peixoto Santa Rita, Rodrigo Gameiro Guimarães
e Bruno Setton Gonçalves

Conforme Lima *et al.* (2014), o maior impacto da Renaesp está nas universidades, a exemplo da Universidade Federal da Bahia, que além de ter implementado o projeto-piloto da política em 2005, também aproveitou da “janela de oportunidade” para desenvolver o mestrado *stricto sensu* em segurança pública em 2013. Pioneiro no país, o mestrado foi avaliado por Souza da Silva, Freire Costa e Nunes dos Santos (2022), através da percepção dos egressos, onde ficou constatado que estes estão mais conscientes do papel social de sua profissão, bem como apresentam maior competência para pensar de forma crítica sua realidade profissional, analisar os ambientes interno e externo de suas organizações e tomar decisões com potencial de impacto, o que era esperado desde a idealização da Renaesp.

Apesar de ter sido implementada no ano de 2005, a Renaesp foi regulamentada somente em 2012, por meio da Portaria Nº 1.148 do Ministério da Justiça. Este normativo, ainda em vigor, previu as atribuições do Depaid (Diretor de Análise de Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública) e do Comitê Consultivo (componentes do MJ), das instituições de segurança pública e das IES que tivessem acordo de cooperação técnica, convênio, contrato ou qualquer ajuste com o Ministério da Justiça referente à Renaesp. Além disso, estabeleceu regras para seleção do corpo discente.

Conforme este mecanismo de governança, o Comitê Consultivo é composto apenas por membros do MJSP. Representantes das IES, assim como representantes de outros órgãos e entidades públicas, poderão ser convidados a participar das reuniões do Comitê com vistas a colaborar com suas atividades, o que indica centralidade e baixa relação recíproca na rede. Essa centralidade do MJSP está legitimada na referida portaria quando atribui ao Depaid o planejamento dos cursos da Renaesp, considerando os recursos orçamentários disponíveis, o número dos profissionais a serem capacitados em cada unidade federativa, as linhas temáticas a serem desenvolvidas e a adoção das providências necessárias ao chamamento público das IES.

Com a normatização do Susp, por meio da Lei Nº 13.675, de 11 de junho de 2018, a Renaesp passou a ser um dos meios e instrumentos para a implementação da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS) e um dos programas que constituem o Sistema Integrado de Educação e Valorização Profissional (Sievap). Apesar deste normativo não fazer nenhuma menção às atribuições dos atores que compõem esta política pública, os objetivos da rede passaram a ser reconhecidos por lei:

- I - promover cursos de graduação, extensão e pós-graduação em segurança pública e defesa social;
- II - fomentar a integração entre as ações dos profissionais, em conformidade com as políticas nacionais de segurança pública e defesa social;
- III - promover a compreensão do fenômeno da violência;
- IV - difundir a cidadania, os direitos humanos e a educação para a paz;
- V - articular o conhecimento prático dos profissionais de segurança pública e defesa social com os conhecimentos acadêmicos;
- VI - difundir e reforçar a construção de cultura de segurança pública e defesa social fundada nos paradigmas da contemporaneidade, da inteligência, da informação e do exercício de atribuições estratégicas, técnicas e científicas;
- VII - incentivar produção técnico-científica que contribua para as atividades desenvolvidas pelo Susp. (Brasil, 2018a).

Por sua vez, o Decreto Nº 9.662, de 2019, que tratou da Estrutura Regimental e do Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Justiça e Segurança Pública, atribuiu à Diretoria de Ensino e Pesquisa (DEP) a responsabilidade pelo desenvolvimento de capacitações e fomento do conhecimento científico, para os integrantes operacionais do Susp, também não estabeleceu

A rede nacional de altos estudos em segurança pública: análise da perspectiva de governança a partir das relações interorganizacionais

Fabiana Maria Santos Procópio, Valmarx Negromonte Correia,
Luciana Peixoto Santa Rita, Rodrigo Gameiro Guimarães
e Bruno Setton Gonçalves

uma estrutura de governança para a Renaesp, tampouco fez menção a esta política. Nesse normativo, não é mais possível vislumbrar a figura do Depaid na Estrutura Regimental do MJSP. Nessa mesma linha, o recente Decreto Federal Nº 11.348, de 2023, que revogou o Decreto Nº 9.662/2019, conferiu tão somente à DEP a função de assessoramento do Secretário da Senasp na definição, na implementação e no acompanhamento de políticas, programas e projetos de gestão, ensino e pesquisa em segurança pública.

A Renaesp é uma política pública financiada pelo Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), o qual tem por objetivo apoiar projetos na área de segurança pública e prevenção à violência que se enquadrem nas diretrizes estabelecidas. Conforme disposto na Lei Nº 13.756, de 2018, que regulamenta o FNSP, há possibilidade de destinação dos recursos deste fundo para capacitação de profissionais da segurança pública e de perícia técnico-científica (Brasil, 2018). Por ser financiada por um fundo, os recursos destinados à execução da Renaesp devem constar na Lei Orçamentária Anual, que é o instrumento de materialização das funções econômicas do Estado, composto pelos orçamentos fiscal, de seguridade social e investimentos, já que os fundos, especificamente, estão contidos no orçamento fiscal (Giacomoni, 2012).

A partir de dados secundários coletados, em janeiro de 2023, do Portal da Transparência do Governo Federal, referente ao último quinquênio (2018 a 2022), verificou-se os montantes do FNSP, total empenhado e o Indicador de Capacitação (IC) retratados na Tabela 1. Ressalta-se que, no momento da coleta, o portal não disponibilizava dados financeiros do FNSP anteriores ao ano de 2018.

TABELA 1

Execução de recursos do FNSP (2018 a 2022)

Ano	Montante do FNSP (R\$) (A)	Total empenhado (R\$) (B)	IC (C)
2018	234.795.879,73	18.766.087,01	0,08
2019	442.552.091,14	7.218.676,27	0,016
2020	1.554.773.875,04	0	0
2021	1.084.794.813,66	0	0
2022	1.350.667.997,56	0	0
TOTAL	4.667.584.657,13	25.984.763,28	-

Fonte: Elaborado pelos autores com dados da pesquisa.

O Indicador de Capacitação (IC), elaborado pelos autores, demonstra o total de investimentos em capacitação em relação ao total do fundo, composto da seguinte forma:

$$Ic(C) = \text{Total empenhado no ano (B)} / \text{Montante do FNSP no ano (A)}.$$

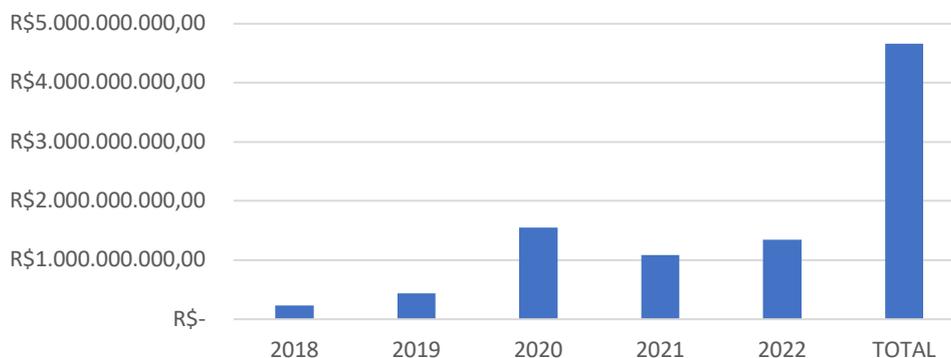
Os resultados indicam que somente houve investimentos nos dois primeiros anos: em 2018, no valor de R\$ 18.766.087,01 e, em 2019, no valor de R\$ 7.218.676,27, ou seja, redução de 61,53% nos investimentos em capacitação e formação. De 2019 para 2020, houve redução de 100% nos investimentos. Nos anos de 2020 a 2022, os investimentos foram de 0 (zero), conforme ilustrado nos Gráficos 1 e 2.

A rede nacional de altos estudos em segurança pública: análise da perspectiva de governança a partir das relações interorganizacionais

Fabiana Maria Santos Procópio, Valmarx Negromonte Correia,
Luciana Peixoto Santa Rita, Rodrigo Gameiro Guimarães
e Bruno Setton Gonçalves

GRÁFICO 1

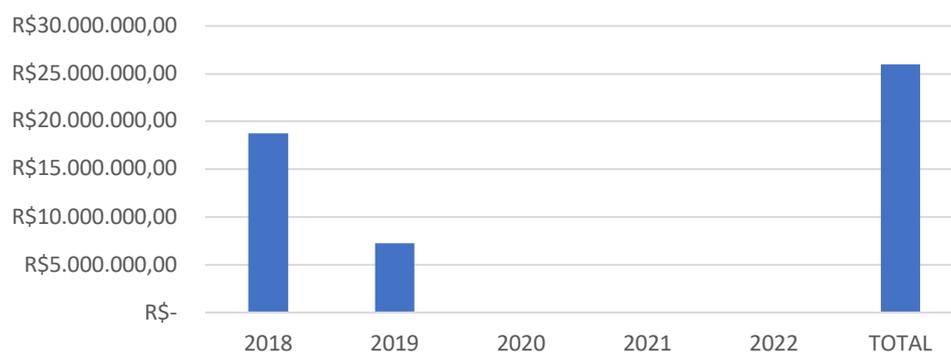
Evolução do Fundo Nacional de Segurança Pública



Fonte: Elaborado pelos autores com dados da pesquisa.

GRÁFICO 2

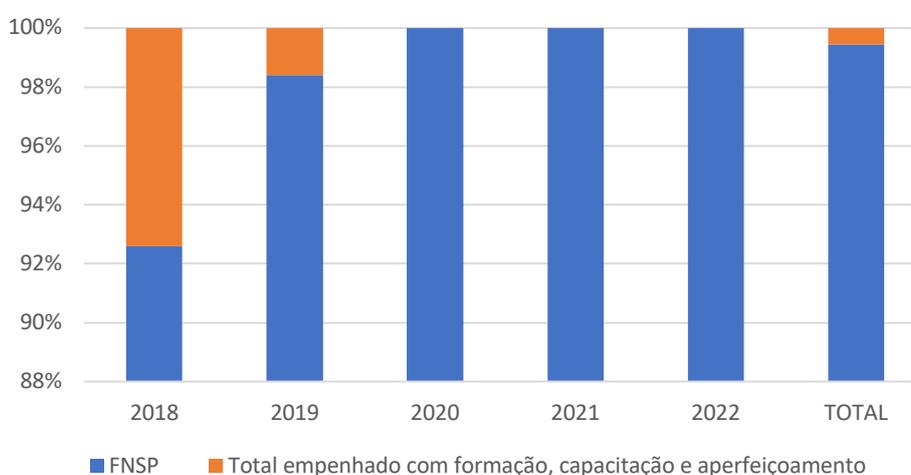
Evolução do total empenhado com formação, capacitação e aperfeiçoamento



Fonte: Elaborado pelos autores com dados da pesquisa.

GRÁFICO 3

Evolução do índice de capacitação no último quinquênio



Fonte: Elaborado pelos autores com dados da pesquisa.

A rede nacional de altos estudos em segurança pública: análise da perspectiva de governança a partir das relações interorganizacionais

Fabiana Maria Santos Procópio, Valmarx Negromonte Correia, Luciana Peixoto Santa Rita, Rodrigo Gameiro Guimarães e Bruno Setton Gonçalves

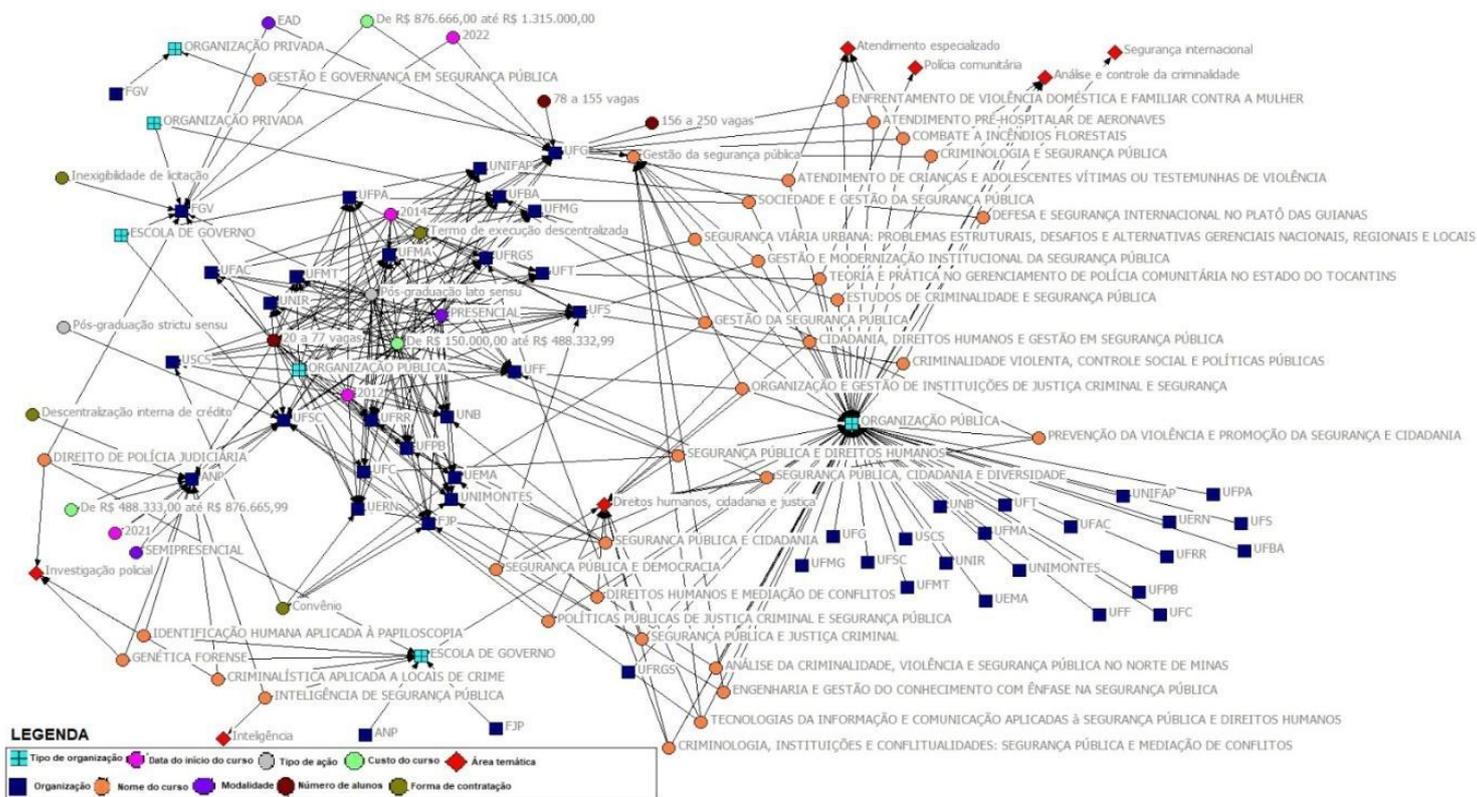
Observando-se o Gráfico 3, o indicador demonstra que a capacitação representa 8% dos recursos do FNSP utilizados em 2018, e 1,6% em 2019. Em relação ao total, o índice de capacitação equivale a 1% no quinquênio. Contudo, não há informações sobre a cota parte deste percentual que foi investida no Programa Renaesp. Por meio da análise dos Planos Anuais de Ensino e Pesquisa (Paep), denominados de “ferramenta diretiva que consolida as ações educacionais que serão executadas pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública – MJSP”, verificou-se que em 2021 e 2022 previam-se ações para a Renaesp, porém sem menção a valores e período de execução.

INTERAÇÕES ENTRE AS IES E O MJSP

A Figura 1 representa a configuração relacional formada no âmbito da Renaesp nos últimos dez anos (2012-2022), conforme dados fornecidos pelo MJSP em resposta ao pedido de acesso à informação. Na figura, os quadrados significam os atores, os círculos representam os recursos, os diamantes são as temáticas/cursos de pós-graduação, os quadrados destacados com um círculo envolto representam a centralidade das IES públicas na rede, e as linhas são as ligações entre todos os atores.

FIGURA 1

Representação das relações entre IES e MJSP na Renaesp (2012-2022)



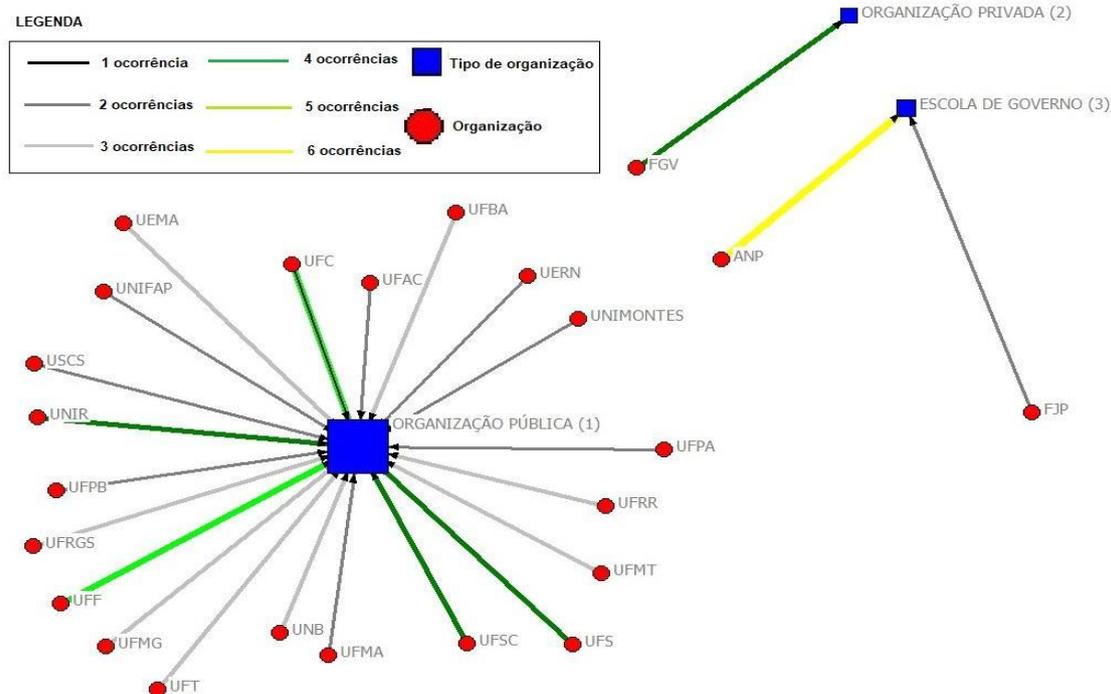
Fonte: Elaborado pelos autores com dados da pesquisa.

A Figura 2 mensura a densidade da rede pelas interações desses stakeholders com o MJSP (Organização Pública 1), em que a força das ligações é estabelecida com obediência aos seguintes parâmetros: o fornecimento de um a dois cursos de pós-graduação foi considerada relação fraca; entre três e quatro

curso considerou-se como relação mediana; e mais de cinco cursos ofertados considerou-se como relação forte. Assim, pela análise da Figura 2, é possível vislumbrar que a UFF e a ANP tiveram relações fortes na Renaespp nos últimos dez anos.

FIGURA 2

Representação da densidade das relações entre IES e MJSP (2012-2022)



Fonte: Elaborado pelos autores com dados da pesquisa.

Esta pesquisa permitiu a identificação das IES, atores que correspondem aos nós da rede, que mantiveram parceria com o MJSP (demandante) na implementação da Renaespp nos últimos dez anos (2012-2022) como fornecedoras de cursos de pós-graduação. Foram 25 instituições, todas de nacionalidade brasileira, e a sua maioria corresponde a organizações públicas; apenas a Fundação Getúlio Vargas representa uma organização privada. Esses resultados revelam que as interações na Renaespp com IES privadas ainda são fracas. A Tabela 2 demonstra a distribuição desses atores por sua natureza.

TABELA 2

Natureza das IES

Tipo	Quantidade	(%)	IES fornecedoras
Organização Pública	22	84	UFPB, UNB, UFMT, UFMA, UFRR, UFS, UFF, UNIR, UFT, UFRGS, UFSC, UFPA, UFMG, UERN, UEMA, USCS, UNIMONTES, UNIFAP, UFBA, UFAC, UFRR, UFMA, UFSC, UFS
Organização Privada	1	4	FGV
Escola de Governo	2	8	FJP e ANP

Fonte: Elaborado pelos autores com dados da pesquisa.

A rede nacional de altos estudos em segurança pública: análise da perspectiva de governança a partir das relações interorganizacionais

Fabiana Maria Santos Procópio, Valmarx Negromonte Correia,
Luciana Peixoto Santa Rita, Rodrigo Gameiro Guimarães
e Bruno Setton Gonçalves

Segundo Fonseca *et al.* (2019), por meio da análise dos recursos é possível visualizar como se operacionalizam as conexões entre os atores, já que se referem ao fluxo de conhecimento e montante financeiro empregados na contratação de ações educacionais. Com base nesse entendimento, a pesquisa verificou que: a quantidade de alunos de “20 a 77 vagas” teve mais ocorrências nas relações interorganizacionais, principalmente nos anos de 2012 e 2014, pois a maior parte dos cursos possui 40 vagas; a modalidade de curso “presencial” possui maior incidência de relação recíproca da atividade, podendo ser explicada pelo fato de as IES adotarem outras modalidades somente a partir de 2021, provavelmente depois de prévia deliberação e autorização do demandante (MJSP); quanto aos custos, se situam próximo ao ponto médio da primeira classe de custos (“De R\$ 150.000,00 a R\$ 488.332,99”), pois representa o vulto de R\$ 319.166,50.

Observa-se que a maior incidência de relação recíproca foi na oferta do curso de “Segurança pública e cidadania”, sendo 6 ocorrências em 5 instituições distintas. A pós-graduação na modalidade *strictu-sensu* só foi ofertada uma única vez nesses dez anos, possuindo uma representação na UFSC, portanto, destaca-se a predominância de conexões na rede pela modalidade de pós-graduação *lato-sensu*. Por fim, destaca-se o predomínio de relações colaborativas nos anos de 2012 e 2014, onde se concentrou a maioria dos cursos e uma maior variedade de IES na Renaesp; também se observou a ausência de qualquer relação no período de 2015 a 2020, pois não houve oferta de cursos de pós-graduação na rede.

No que se refere ao componente “regras” de interação, Fonseca *et al.* (2019) salientam que as conexões são retratadas pelas formas de contratação dos cursos. No caso específico da Renaesp, a pesquisa constatou que, de acordo com a estrutura de governança expressa na Lei do Susp, devem ser observadas as normas de licitação e contratos para contratação das IES. Nesse sentido, averiguou-se que a principal forma de contratação utilizada na rede é o “termo de execução descentralizada”, pois a maioria das descentralizações ocorre nessa modalidade e destina-se a universidades públicas federais, a inexigibilidade de licitação teve apenas uma ocorrência, quatro convênios foram firmados e cinco descentralizações internas de crédito, estas para a Academia Nacional de Polícia.

A Renaesp possui por meta a educação permanente, democrática e qualificada de profissionais da Segurança Pública, para tanto, oferta pós-graduações em diversas áreas. No que se refere ao componente “percepções”, Fonseca *et al.* (2019) propõem a análise das temáticas prevalentes nas IES, um indicativo de que atores com maior sobreposição de áreas temáticas de cursos demandados tendem a atuar cooperativamente ou se situar em posições similares na rede. A Tabela 3 apresenta as dez áreas temáticas dos cursos de pós-graduação promovidos pela Renaesp, quantidade, IES e ano de execução.

A rede nacional de altos estudos em segurança pública: análise da perspectiva de governança a partir das relações interorganizacionais

Fabiana Maria Santos Procópio, Valmarx Negromonte Correia,
Luciana Peixoto Santa Rita, Rodrigo Gameiro Guimarães
e Bruno Setton Gonçalves

TABELA 3

Cursos de pós-graduação ofertados pela Renaespp (2012-2022)

Temáticas	Quantidade	IES / Ano de execução
Cidadania, Democracia e Direitos Humanos	20	UFPB (2012), UERN (2012), UFRR (2012, 2014), UNB (2012, 2014), UFMA (2012, 2014)*, UFMT (2012, 2014), UNIR (2012, 2014), UFC (2014), UFS (2012), UFF (2012), UEMA (2012)*, USCS (2012), UFBA (2014), UFSC (2014)*, UFAC (2014)*
Gestão e Governança da Segurança Pública	12	UFMA (2012, 2014)*, UFF (2012), UFPA (2012), UEMA (2012), UFT (2014), UFS (2014), UFBA (2014), UFSC (2014)*, UFAC (2014)*, UFSC (2021), FGV (2022)
Análise e controle da criminalidade	7	UFRGS (2012, 2012)*, UFMG (2012, 2014), UNIMONTES (2012), UFS (2014), UFG (2014)
Mediação de Conflitos	3	UEMA (2012)*, UFRGS (2012, 2012)*,
Justiça Criminal	4	UFSC (2012), FJP (2012), UFF (2014, 2014)
Atendimento especializado	4	UFG (2022, 2022, 2022, 2022)
Investigação policial	4	ANP (2021, 2021, 2021, 2021)
Inteligência	1	ANP (2021)
Polícia Comunitária	1	UFT (2012)
Segurança internacional	1	UNIFAP (2014)

* Curso com duas temáticas diferentes.

Fonte: Elaborado pelos autores com dados da pesquisa.

Assim, é possível verificar que [as] áreas temáticas “Cidadania, Democracia e Direitos Humanos” e “Gestão e Governança da Segurança Pública” são transversais às IES, podendo ser tratadas como objetivos coletivos compartilhados, com potencial para a criação de maior quantidade de laços cooperativos entre essas organizações.

CENTRALIDADE E PERSPECTIVA DE GOVERNANÇA DE REDE

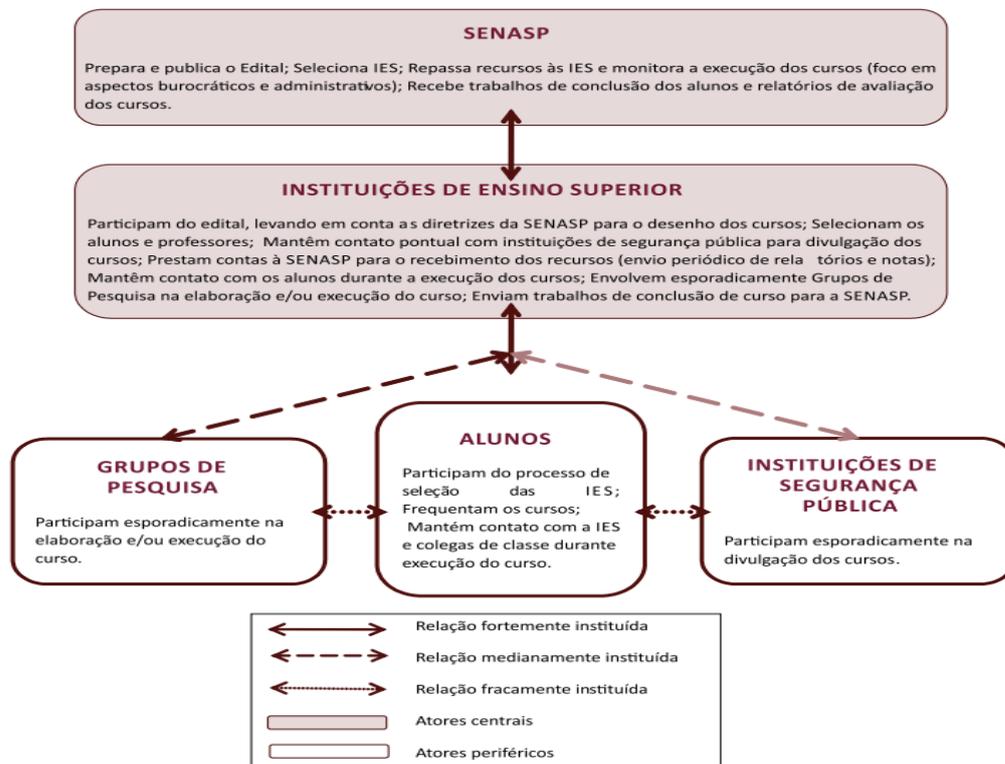
Na avaliação realizada por Lima *et al.* (2014) consta, de forma ilustrativa (Figura 3), como estavam estruturadas as relações da Renaespp entre seus diferentes atores e suas funções dentro da política. A figura indica que, apesar dessa relação entre outros atores da Renaespp (alunos, instituições de segurança pública, núcleos de pesquisa) ser desconectada e hierarquizada, no que concerne à relação entre a Senasp e as IES demonstrou-se direta e constante, embora mais baseada em temas administrativos e burocráticos.

A rede nacional de altos estudos em segurança pública: análise da perspectiva de governança a partir das relações interorganizacionais

Fabiana Maria Santos Procópio, Valmarx Negromonte Correia, Luciana Peixoto Santa Rita, Rodrigo Gameiro Guimarães e Bruno Setton Gonçalves

FIGURA 3

Relações e funções dos principais atores que compõe a Renaesp em 2014



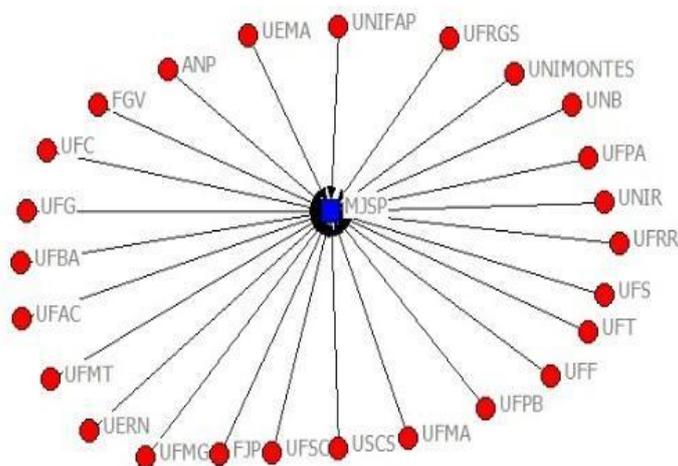
Fonte: Lima et al. (2014, p. 210).

Para Calmon e Costa (2013), existe uma ausência de paradigmas consolidados sobre relacionamento interorganizacional no setor público, visto que grande parte dos processos relacionados à gestão pública envolve múltiplas organizações. Contudo, em se tratando de uma política pública autodenominada e regulamentada como rede, a análise da sua perspectiva de governança foca nas estruturas utilizadas para coordenar e controlar a ação conjunta dentro da rede (Roth *et al.*, 2012).

Ao se considerar as estruturas de governança identificadas na seção “Formação da rede e sua implementação”, as informações obtidas permitem afirmar que o modelo de governança adotado é o da governança com uma organização líder, configurado pela presença do MJSP, instituição que possui recursos suficientes e legitimidade para exercer uma posição de liderança na rede. A centralização do MJSP na implementação da Renaesp está retratada na Figura 4.

FIGURA 4

Centralidade do MJSP na Renaesp



Fonte: Elaborado pelos autores.

No contexto apresentado, o MJSP é o ator que possui o maior número de conexões na Renaesp com os outros nós (as IES); pela sua posição, ele pode atuar na intermediação (*betweenness*) entre duas IES e também ter mais influência por estar mais próximo delas. Sua centralidade é de vetor próprio (*eigenvector*) ou centralidade de *bonacich*, através da coordenação das atividades das IES em uma dinâmica centro-periférica. Esse fator é influenciado pela própria perspectiva de formulação *top-down* (de cima para baixo) dessa política pública, que se deu a partir de uma estratégia na qual o processo de tomada de decisão ocorreu no mais alto nível de gestão, ou seja, na Senasp/MJSP.

Um dado importante da pesquisa que confirma essa centralidade e hipótese de ausência de perspectiva de rede na Renaesp é que, no ano de 2021, o MJSP passou a executar diretamente cursos de pós-graduação pela Renaesp através da Academia Nacional de Polícia, que foi o ator que teve as relações mais fortes na rede durante os dez anos pesquisados, conforme demonstrado na Figura 2. Esse fato tende a desvirtuar [a] formação da rede, na medida em que prevalece a hierarquia em detrimento das relações heterogêneas, indicando uma abordagem de gestão *top-down* (de cima para baixo) e relação baseada em autoridade e controle.

Além disso, pela análise da Resolução CGE Nº 23, de 7 de novembro de 2022, do Comitê de Governança Estratégica do MJSP, a pesquisa revela uma tendência de desfazimento da Renaesp ou, ao menos, uma tentativa de reduzi-la ao anonimato, já que esse documento, que aprova a Carteira de Políticas Públicas do MJSP, em uma lista exaustiva contendo informações gerais das setenta e cinco políticas sob responsabilidade das unidades finalísticas do MJSP, não faz qualquer menção à Renaesp ou à implementação de programas de capacitação em rede com as IES quando trata da Política de Ensino e Pesquisa em Segurança Pública.

Ainda que os diferentes atores devam ter papéis distintos dentro da Renaesp, para que esta se constitua, de fato, como uma rede e atinja seus objetivos de promover o diálogo de qualidade, permanente e autossustentável entre todos os atores, os elos entre eles devem ser fortalecidos (Lima *et al.*, 2014).

A rede nacional de altos estudos em segurança pública: análise da perspectiva de governança a partir das relações interorganizacionais

Fabiana Maria Santos Procópio, Valmarx Negromonte Correia,
Luciana Peixoto Santa Rita, Rodrigo Gameiro Guimarães
e Bruno Setton Gonçalves

Assim sendo, não basta que haja convênios firmados entre a Senasp e as IES para que se forme a “rede de altos estudos”, é necessário uma perspectiva de governança de rede, com inter-relação entre esses atores heterogêneos e com interação, com troca de informação, objetivos e recursos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objeto do presente estudo é investigar como a estrutura de governança do Programa Renaesp afetou o relacionamento institucional do MJSP com as IES parceiras da Renaesp, dois atores relevantes no processo de implementação desta política pública. Os resultados indicam que, durante os dez anos de execução investigados (2012-2022), as interações foram baseadas no modelo de governança com uma organização líder, o MJSP, ator central da rede, que atua na coordenação da implementação da política, sendo o responsável pela distribuição dos recursos financeiros e pela definição das “regras do jogo”.

Com a finalidade de observar e, assim, capturar os padrões dessas interações, analisou-se a estrutura de governança dessa política, tendo-se verificado que as poucas regras de interação desta rede são operacionalizadas primordialmente pela Portaria MJSP Nº 1.148/2012 e seus objetivos foram reconhecidos na lei do Susp.

Os resultados revelam que 25 IES se relacionaram com o MJSP no período investigado; todas são de nacionalidade brasileira e a sua maioria corresponde a organizações públicas. Quanto à densidade, a UFF e a ANP tiveram relações fortes na Renaesp, com a oferta de cinco e seis cursos de pós-graduação, respectivamente. As áreas temáticas mais presentes nos cursos ofertados pela rede são “Cidadania, Democracia e Direitos Humanos” e “Gestão e Governança da Segurança Pública”, e o curso que teve mais conexões foi “Segurança pública e cidadania”, sendo seis ocorrências em cinco IES distintas, podendo ser tratadas como objetivos coletivos compartilhados entre essas instituições. As relações colaborativas foram mais fortes nos anos de 2012 e 2014, onde se concentrou a maioria dos cursos e uma maior variedade de IES na Renaesp; já no período de 2015 a 2020, observa-se a ausência de relação, pois não houve oferta de cursos de pós-graduação na rede. A modalidade de pós-graduação *strictu-sensu* só foi ofertada uma única vez nesses dez anos, portanto, destaca-se a predominância de conexões na rede pela modalidade *lato-sensu* e também presencial. A principal forma de contratação utilizada foi o “termo de execução descentralizada” com universidades públicas federais.

Além disso, a partir do desenvolvimento e da aplicação das diretrizes metodológicas propostas por Fonseca *et al.* (2019) e a identificação do posicionamento estrutural das IES na Renaesp, bem como pelo cotejo dos documentos analisados, os achados da pesquisa sugerem que não houve avanços de mecanismos de governança que fomentem a interlocução constante entre os atores MJSP e IES no âmbito da Renaesp. Assim sendo, os resultados deste estudo fornecem subsídios para aprimoramento da política pública e desenvolvimento de novos instrumentos de governança do Programa Renaesp.

Por fim, é válido destacar que a não realização de entrevistas ou questionários com gestores das IES e do MJSP indica limitações para o presente estudo. Desse modo, estudos futuros podem aprofundar a análise da Renaesp, investigando, por exemplo, os motivos pelos quais não houve execução dessa política pública entre os anos de 2015 e 2020, bem como avaliar se a estrutura da rede, com a evidente centralidade do MJSP, afeta a qualificação dos profissionais de segurança pública e se isso reflete na produção intelectual e no desempenho funcional em suas instituições.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BORGATTI, Stephen; EVERETT, Martin; FREEMAN, Linton. **Ucinet for windows**: software for social network analysis. Harvard: Analytic Technologies, 2002.

BRASIL. **Pedido de acesso à informação ao Ministério da Justiça e Segurança Pública**. Protocolo 08198.038738/2022-13. Fala.BR – Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação. Controladoria Geral da União. Atendido em: 16 jan. 2023.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei Nº 13.675, de 11 de junho de 2018. Disciplina a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, cria a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS); institui o Sistema Único de Segurança Pública (Susp); altera a Lei Complementar Nº 79, de 7 de janeiro de 1994, a Lei Nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, e a Lei Nº 11.530, de 24 de outubro de 2007; e revoga dispositivos da Lei Nº 12.681, de 4 de julho de 2012. Brasília/DF, **Diário Oficial da União**, seção 1, p. 4, 12 jun. 2018a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13675.htm. Acesso em: 15 jan. 2023.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei Nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018. Dispõe sobre o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), sobre a destinação do produto da arrecadação das loterias e sobre a promoção comercial e a modalidade lotérica denominada apostas de quota fixa; altera as Leis Nº 8.212, de 24 de julho de 1991, 9.615, de 24 março de 1998, 10.891, de 9 de julho de 2004, 11.473, de 10 de maio de 2007, e 13.675, de 11 de junho de 2018; e revoga dispositivos das Leis Nº 6.168, de 9 de dezembro de 1974, 6.717, de 12 de novembro de 1979, 8.313, de 23 de dezembro de 1991, 9.649, de 27 de maio de 1998, 10.260, de 12 de julho de 2001, 11.345, de 14 de setembro de 2006, e 13.155, de 4 de agosto de 2015, da Lei Complementar Nº 79, de 7 de janeiro de 1994, e dos Decretos-Leis Nº 204, de 27 de fevereiro de 1967, e 594, de 27 de maio de 1969, as Leis Nº 6.905, de 11 de maio de 1981, 9.092, de 12 de setembro de 1995, 9.999, de 30 de agosto de 2000, 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, e 10.746, de 10 de outubro de 2003, e os Decretos-Leis Nº 1.405, de 20 de junho de 1975, e 1.923, de 20 de janeiro de 1982. Brasília/DF, **Diário Oficial da União**, seção 1, 13 dez. 2018b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13756.htm. Acesso em: 15 jan. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Decreto Nº 9.662, de 1º de janeiro de 2019. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Justiça e Segurança Pública, remaneja cargos em comissão e funções de confiança e transforma cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS. Brasília/DF, **Diário Oficial da União**, Edição Extra Nº 1-A, 2 jan. 2019. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D9662.htm. Acesso em: 15 jan. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Decreto Nº 11.348, de 1º de janeiro de 2023. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Justiça e Segurança Pública e remaneja cargos em comissão e funções de confiança. Brasília/DF, **Diário Oficial da União**, Edição Especial, 1º jan. 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11348.htm. Acesso em: 15 jan. 2023.

A rede nacional de altos estudos em segurança pública: análise da perspectiva de governança a partir das relações interorganizacionais

Fabiana Maria Santos Procópio, Valmarx Negromonte Correia,
Luciana Peixoto Santa Rita, Rodrigo Gameiro Guimarães
e Bruno Setton Gonçalves

BRASIL. Ministério da Justiça. Portaria Nº 1.148, de 12 de junho de 2012. Institui a Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública – RENAESP e regulamenta dispositivos da Lei Nº 11.530, de 24 de outubro de 2007, que institui o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI, e da Lei Nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, que institui o Fundo Nacional de Segurança Pública – FNSP. Brasília/DF, **Diário Oficial da União**, seção 1, p. 60, 13 jun. 2012. Disponível em: https://dspace.mj.gov.br/bitstream/1/789/2/PRT_GAB_2012_1148.pdf. Acesso em: 15 jan. 2023.

BRASIL. Ministério da Justiça. Portaria Nº 3.035, de 20 de setembro de 2013. Altera a Portaria Nº 1.148, de 12 de junho de 2012, que institui a Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública - RENAESP, e regulamenta dispositivos da Lei Nº 11.530, de 24 de outubro de 2007, que institui o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI, e da Lei Nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, que institui o Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP. Brasília/DF, **Diário Oficial da União**, seção 1, p. 668, 23 set. 2013. Disponível em: <https://dspace.mj.gov.br/handle/1/790>. Acesso em: 12 jan. 2023.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Comitê de Governança Estratégica do Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Resolução CGE Nº 23, de 07 de novembro de 2022**. Aprova a Carteira de Políticas Públicas do MJSP. Disponível em: https://dspace.mj.gov.br/bitstream/1/8159/1/RES_SE_2022_23.pdf. Acesso em: 19 maio 2023.

CALMON, Paulo; COSTA, Arthur Trindade Maranhão. Redes e Governança das Políticas Públicas. **RP3: Revista de Pesquisa em Políticas Públicas**, Brasília, n. 1, jul. 2013.

DIREITO, Denise do Carmo; KOGA, Natalia Massaco. Instrumentos e integração de políticas públicas: a rede do Cadastro Único. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 54, n. 5, p. 1286-1306, set./out. 2020.

EUCLYDES, Fillipe Maciel; RAMOS SILVEIRA, Suely de Fátima; TEIXEIRA DE CAMPOS, Ana Paula; TAVARES, Bruno. Dinâmicas relacionais na implementação de políticas públicas: análise do Programa Minha Casa, Minha Vida – Entidades. **Administração Pública e Gestão Social**, Viçosa, v. 14, n. 1, 2022.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Análise de políticas públicas no Brasil: de uma prática não nomeada à institucionalização do “campo de públicas”. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 50, n. 6, p. 959-979, nov./dez. 2016.

FIGUEIREDO, Sabrina Oliveira de; PASCUCI, Lucilaine Maria. Interações e suas implicações no desenvolvimento de políticas públicas na área de segurança. **Revista Eletrônica de Administração**, Porto Alegre, v. 27, n. 3, p. 776-805, set./dez. 2021.

FONSECA, Diogo Ribeiro da; MENESES, Pedro Paulo Murce; SOUZA, Igor Guevara Loyola; HOLLANDA, Pedro Paulo Teófilo Magalhães de. Escolas de governo e redes de capacitação no setor público: perspectivas metodológicas para governança. **Revista de Serviço Público**, Brasília, v. 70, p. 34-70, dez. 2019.

GIACOMONI, James. **Orçamento Público**. São Paulo: Atlas. 2012.

KICKERT, Walter Julius Michael; KLIJN, Erik Hans; KOPPENJAN, Johannes Franciscus Maria. Introduction: a management perspective on policy networks. In: W. J. Kickert; E.-H. Klijn; J. F. Koppenjan. **Managing Complex Networks**. London: Sage Publications, 1999, p. 1-13.

KLIJN, Erik Hans; KOPPENJAN, Johannes Franciscus Maria. Complexity in governance network theory. **Complexity, Governance & Networks**, v. 1, n. 1, p. 61-70, 2014. DOI: 10.7564/14-CGN8.

KLIJN, Erik-Hans; KOPPENJAN, Joop; TERMEER, Katrien. Managing Networks in the Public Sector: A Theoretical Study of Management Strategies in Policy Networks. **Public Administration**, v. 73, p. 437-454, set. 1995.

LIMA, Renato Sérgio de; CARBONARI, Flávia; FIGUEIREDO, Laís; PRÖGLHÖF, Patricia. Avaliação de resultados da Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública – Renaesp. *In*: LIMA, Cristiane do Socorro Loureiro; BAPTISTA, Gustavo Camilo; FIGUEIREDO, Isabel Seixas de (Orgs.). **Avaliações, diagnósticos e análises de ações, programas e projetos em segurança pública**. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), 2014, p. 187-223.

LOTTA, Gabriela Spanghero; NUNES, Ana Carolina; CAVALCANTI, Sergio; FERREIRA, Daniela Damiani; BONAT, Juliana. Por uma agenda brasileira de estudos sobre implementação de políticas públicas. **Revista de Serviço Público**, Brasília, v. 69, n. 4, p. 779-816, out./dez. 2018.

MARQUES, Eduardo Cesar Leão. Notas sobre redes, Estado e políticas públicas. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, n. 35, supl. 2, 2019.

MJ – Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança Pública. ENAP – Escola Nacional de Administração Pública. Concurso Inovação na Gestão Pública Federal. **Experiência: Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública (Renaesp)**. mar. 2010. Disponível em: https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/260/1/128_09_Renaesp.pdf. Acesso em: 4 out. 2022.

MOURA, Paula Renata Castro Fonseca de; CAVALCANTE, Pedro Luiz Costa; ARCANJO, Cecília Braz. Rede de combate à escravidão contemporânea: De Jure ou De Facto?. **Administração Pública e Gestão Social**, Viçosa, v. 12, n. 4, 2020.

PINTO, Nalayne Mendonça; CARUSO, Haydée; PATRÍCIO, Luciane; ALBERNAZ, Elisabeth Ribeiro; CORTES, Vanessa de Amorim. Cursos de Pós-Graduação em Segurança Pública e a construção da Renaesp como política pública: considerações sobre seus efeitos a partir de diferentes olhares. *In*: LIMA, Cristiane do Socorro Loureiro; BAPTISTA, Gustavo Camilo; FIGUEIREDO, Isabel Seixas de (Orgs.). **Avaliações, diagnósticos e análises de ações, programas e projetos em segurança pública**. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), 2014, p. 225-259.

PROVAN, Keith; KENIS, Patrick. Modes of network governance: structure, management and effectiveness. **Journal of Public Administration Research and Theory**, Oxford, UK, v.18, n.2, p.229-252, apr. 2008.

ROTH, Ana Lúcia; WEGNER, Douglas; ANTUNES JÚNIOR, José Antônio Valle; PADULA, Antonio Domingos. Diferenças e inter-relações dos conceitos de governança e gestão de redes horizontais de empresas: contribuições para o campo de estudos. **Revista de Administração**, São Paulo, v. 47, n. 1, p.112-123, jan./fev./mar. 2012.

SPIEGEL, Murray. **Estatística**. 3 ed. Tradução e revisão técnica: Pedro Consentino. São Paulo: Pearson Makron Books, 1993.

ARTIGO

A rede nacional de altos estudos em segurança pública: análise da perspectiva de governança a partir das relações interorganizacionais

Fabiana Maria Santos Procópio, Valmarx Negromonte Correia,
Luciana Peixoto Santa Rita, Rodrigo Gameiro Guimarães
e Bruno Setton Gonçalves

SOUSA, Jéssica Rani Ferreira de; BATISTA, Leonardo Ferreira; HELAL, Diogo Henrique. Sobre implementação de políticas públicas: uma revisão sistemática da literatura e agenda de pesquisas. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 37, n. 2, maio/ago. 2022.

SOUZA DA SILVA, Anderson; FREIRE COSTA, Ivone; NUNES DOS SANTOS, Taiala Águilan. Competências e impactos do mestrado profissional: o caso do Programa de Pós-Graduação Profissional em Segurança Pública da Universidade Federal da Bahia. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 272-291, 2022. DOI: 10.31060/rbsp.2022.v16.n1.1503. Disponível em: <https://revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/view/1503>. Acesso em: 11 fev. 2023.

TEIXEIRA, Alex Fabiane; GOMES, Ricardo Corrêa. Governança pública: uma revisão conceitual. **Revista de Serviço Público**, Brasília, v. 70, n. 4, p. 519-550, out./dez. 2019.

A rede nacional de altos estudos em segurança pública: análise da perspectiva de governança a partir das relações interorganizacionais

Fabiana Maria Santos Procópio, Valmarx Negromonte Correia,
Luciana Peixoto Santa Rita, Rodrigo Gameiro Guimarães
e Bruno Setton Gonçalves

REVISTA
BRASILEIRA
DE **SEGURANÇA PÚBLICA**